

JOACPAULO.BIAGE@OPOVO.COM.BR

JOÃO PAULO BIAGE

CORRESPONDENTE O POVO DA BRASLIA



ESTA COLUNA É PUBLICADA ÀS SEGUNDAS

GOVERNO CULPA BOLSONARO POR QUEDA DE ARRECADAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

Mais de 90% das prefeituras cearenses estão em greve por causa das quedas nas receitas obtidas diretamente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Alguns municípios perderam 50% da arrecadação, o que gerou colapso nos serviços oferecidos pelas prefeituras. Para o Governo Federal, há um culpado nessa situação.

"A culpa é do desastre orçamentário deixado pelo governo anterior. Lembremos que o governo anterior desonerou, em julho do ano passado, todos os tributos relativos aos combustíveis de uma maneira eletroreina. A conta chegou", avaliou o líder do governo no Congresso Nacional, o senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP).

O senador, contudo, garantiu que o governo não vai abandonar os municípios e vai atuar em duas frentes: a primeira é numa reunião já nesta segunda-feira para tratar de um plano de socorro aos municípios que tiveram uma acentuada queda no Fundo de Participação dos Municípios. Depois, a ideia é articular mudanças no texto da desoneração da folha de pagamentos no Senado.

ELMANO, CID E DOMINGOS NETO FAZEM FORÇA-TAREFA PELO HIDROGÊNIO VERDE

A última semana foi de força tarefa pela regulamentação do hidrogênio verde. Na terça-feira, o governador Elmano de Freitas veio à Brasília para a sessão temática com governadores no plenário do Senado Federal para tratar sobre a reforma tributária. Elmano pediu que a política tenha tratamento diferenciado no texto do relator Eduardo Braga (MDB-AM). "Precisamos atrair indústrias para os estados do Nordeste, pois nós temos sinalizações de grandes investimentos no Brasil e é a oportunidade de fazermos a transição para uma matriz de energia limpa", disse o governador.

FÁBIO LIMA



ELMANO de Freitas foi à Brasília para a sessão temática sobre hidrogênio verde

A resposta foi dada pelo presidente do Congresso Nacional, o senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG). "É muito importante que o Brasil priorize essa agenda de descarbonização, então, naturalmente o Senado vai se debruçar sobre isso e o relator vai ter essa prioridade", disse Rodrigo Pacheco. Vale lembrar que o relator da reforma tributária, Agualnaldo Ribeiro (PP-PB), esqueceu (sim, ele esqueceu de verdade) de dar incentivos à produção do hidrogênio verde no texto votado pela Câmara dos Deputados.

O senador Cid Gomes também tratou sobre o assunto em visita ao estado da Bahia. O objetivo é atuar em conjunto com a Câmara dos Deputados em uma minuta de texto para regulamentar o hidrogênio verde no Brasil. "Com isso, espero que ainda no mês de setembro possamos apresentar uma minuta que irá a consideração da população e dos próprios parlamentares", apontou o senador.

Já o deputado Domingos Neto defendeu um modelo de exportação do hidrogênio verde durante o encontro do PSD em Foz do Iguaçu, no Paraná. "A gente consegue produzir hidrogênio verde na Bahia e no Ceará e mandar para os Estados Unidos e para a Europa. O mundo inteiro tem pagando mais caro por uma energia limpa. É fazer negócio, gerando emprego e renda. E o Ceará já está na frente", apontou.

Governo e Congresso falam a mesma língua e a regulamentação da energia renovável, que vai render R\$20 bilhões em investimentos ao Ceará, vai sair até o fim do ano.



Aponte a câmera do celular e acesse mais notas exclusivas de João Paulo Biage.

Apesar do feriado, Congresso promete semana agitada

AGENDA | Presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), exigiu a presença dos deputados em Brasília já na segunda-feira, o que é incomum

BRUNO SPADA / CÂMARA DOS DEPUTADOS



PRESIDENTE Lira diz que deputados vão avaliar se manterão as mudanças dos senadores

O Senado e a Câmara dos Deputados vão reduzir o nível de trabalho nesta semana devido ao feriado da Independência, na quinta-feira (7). Apesar disso, deverá ser apresentado na quarta-feira (6), na Câmara, o projeto de ministério eleitoral, que deve ser aprovado no mesmo dia pelo grupo de trabalho criado para alterar a legislação eleitoral brasileira.

A expectativa dos parlamentares é votar a matéria nos plenários da Câmara e do Senado e sancionar o texto até o dia 5 de outubro para que os votos possam valer nas eleições municipais de 2024. Isso porque a lei que qualquer mudança nas regras eleitorais deve ser sancionada um ano antes do próximo pleito. Uma reunião fechada entre os integrantes do grupo de trabalho do ministério eleitoral foi marcada para hoje, a fim de discutir o texto que estaria preventos no projeto.

O relator, deputado federal Rubens Ferreira Júnior (PT-MA), prometeu não abordecar temas políticos ou que possam causar forte oposição. Segundo ele, a ideia é fazer "pequenos ajustes" com o objetivo de "aperfeiçoar o processo". As mudanças envolvem temas como: federação partidária, propaganda eleitoral, prestação de contas, financiamento de campanhas e violência política contra mulheres, segundo o relator.

Com o feriado, o presidente da Câmara dos Deputados,

Arthur Lira (PP-AL), antecipou a cobrança da presença dos parlamentares, em Brasília, para esta segunda-feira, pedindo cortar o ponto de quem faltar à sessão. Na última semana, Lira editou um ato com essa medida já que a presença costuma ser cobrada apenas a partir das terça-feira. Segundo Lira, a cobrança é necessária para "otimizar os trabalhos da Casa e permitir a deliberação de pautas de alta relevância para o país". Na pauta, estão previstas medidas provisórias que estão próximas do vencimento, como a que criou o programa Desempenho Brasil, a que criou o Pacto pela Retomada de Obras e Serviços na área da educação e a que regulamenta o mercado de apostas esportivas no Brasil.

O Conselho de Ética da Câmara marcou uma sessão para

amanhã destinada a apreciar os pareceres preliminares de processos por quebra de decoro parlamentar contra oito parlamentares. Na semana passada, foram abertos processos contra sete deputados. Além disso, o ministro da Educação, Caramelo Santana, foi convidado a comparecer à audiência pública na Comissão de Educação da Câmara na quarta-feira (6).

No Senado Federal, a expectativa é quanto à instauração, também nesta segunda-feira, da comissão de juristas responsável pela revisão e atualização do Código Civil brasileiro. Além de instaurar a comissão, estão previstas a divisão das tarefas e a composição dos grupos de trabalho. A comissão foi criada dia 14 de agosto por decisão do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Índice do Ceará + Prefeitura Municipal de Igarassuã + Secretaria Municipal de Saúde - Anexo de Licitação - A Comissão de Preços e Custos (CPC) foi criada para analisar a proposta de licitação nº 0060425-14/2022-05-8164 - DESAPROPRIAÇÃO DE TERRENO DE 10 (DEZ) DIAS, com base na EDITAL DE PRELIMINAR Nº 0060425-14/2022-05-8164, com o intuito de garantir a continuidade do atendimento, Material Médico Hospitalar e outros para atender às necessidades do Hospital Municipal Antônio Cavalcante de Oliveira, CAP e Unidades Básicas de Saúde da Prefeitura de Igarassuã, sob o acompanhamento da Secretaria de Saúde. O prazo de validade da proposta é de 090 (noventa) dias, contados a partir da data de encerramento do processo licitatório, com o valor máximo de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais). O edital encontra-se no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Igarassuã, no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Igarassuã, no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Igarassuã, no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Igarassuã, no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Igarassuã.

O Presidente do Conselho Central de Licitação e Registro Profissional de Maranguape, torna público para conhecimento dos interessados que, nesta cidade e por este meio, está em andamento o processo licitatório nº 0060425-14/2022-05-8164 - DESAPROPRIAÇÃO DE TERRENO DE 10 (DEZ) DIAS, com o intuito de garantir a continuidade do atendimento, Material Médico Hospitalar e outros para atender às necessidades do Hospital Municipal Antônio Cavalcante de Oliveira, CAP e Unidades Básicas de Saúde da Prefeitura de Igarassuã, sob o acompanhamento da Secretaria de Saúde. O prazo de validade da proposta é de 090 (noventa) dias, contados a partir da data de encerramento do processo licitatório, com o valor máximo de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais). O edital encontra-se no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Igarassuã, no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Igarassuã, no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Igarassuã, no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Igarassuã, no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Igarassuã.



PODER JUDICIÁRIO

PROCESSO Nº 0060425-14/2022-05-8164 - DESAPROPRIAÇÃO DE TERRENO DE 10 (DEZ) DIAS, com o intuito de garantir a continuidade do atendimento, Material Médico Hospitalar e outros para atender às necessidades do Hospital Municipal Antônio Cavalcante de Oliveira, CAP e Unidades Básicas de Saúde da Prefeitura de Igarassuã, sob o acompanhamento da Secretaria de Saúde. O prazo de validade da proposta é de 090 (noventa) dias, contados a partir da data de encerramento do processo licitatório, com o valor máximo de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais). O edital encontra-se no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Igarassuã, no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Igarassuã, no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Igarassuã, no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Igarassuã, no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Igarassuã.



PODER JUDICIÁRIO

PROCESSO Nº 0060425-14/2022-05-8164 - DESAPROPRIAÇÃO DE TERRENO DE 10 (DEZ) DIAS, com o intuito de garantir a continuidade do atendimento, Material Médico Hospitalar e outros para atender às necessidades do Hospital Municipal Antônio Cavalcante de Oliveira, CAP e Unidades Básicas de Saúde da Prefeitura de Igarassuã, sob o acompanhamento da Secretaria de Saúde. O prazo de validade da proposta é de 090 (noventa) dias, contados a partir da data de encerramento do processo licitatório, com o valor máximo de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais). O edital encontra-se no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Igarassuã, no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Igarassuã, no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Igarassuã, no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Igarassuã, no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Igarassuã.

Identificação eletrônica do documento: DANIEL GUERRA ALVES JUÍZ FEDERAL DA 22ª VARA/CE
Processo: 0060425-14/2022-05-8164
Data e hora da assinatura: 23/08/2023 13:07:12
Identificador: 4083104.20287116
Para conferência da autenticidade do documento: <https://tpj.jtcf.jus.br/tpj/Processos/ConsultaDocumento?view=detalhe>

Identificação eletrônica do documento: DANIEL GUERRA ALVES JUÍZ FEDERAL DA 22ª VARA/CE
Processo: 0060425-14/2022-05-8164
Data e hora da assinatura: 23/08/2023 13:07:12
Identificador: 4083104.20287116
Para conferência da autenticidade do documento: <https://tpj.jtcf.jus.br/tpj/Processos/ConsultaDocumento?view=detalhe>